



FECOMERCIO

INFORMATIVO JURÍDICO, EMPRESARIAL E CONTÁBIL

TOME NOTA

Dos Estados Unidos, sinais de que uma recessão mundial é possível

No Brasil, aumento dos juros e da inflação comprometem as vendas

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) avalia que a decisão do Federal Reserve (Fed, o Banco Central Americano) - de reduzir a taxa básica de juros de 4,25% para 3%, ou seja, queda de 1,25 ponto percentual em menos de dez dias - demonstra que foi aceso o sinal amarelo. Ou seja, que o momento para a economia brasileira é de alerta. No entanto, os reflexos para a Selic e para a oferta de crédito no Brasil não devem ser sentidos pelo menos neste primeiro semestre.

Segundo a entidade, embora os riscos ainda se encontrem distantes do nosso país e de que o Brasil esteja mais bem aparelhado para enfrentar uma crise financeira

externa, a economia norte-americana ainda é a maior do mundo e representa cerca de um terço de todo o globo. Uma recessão profunda nos Estados Unidos teria efeitos em todos os países, inclusive o Brasil.

Na verdade, o Fed se mostra mais preocupado com o crescimento econômico dos Estados Unidos do que com a inflação. Por isso, a taxa de juros foi reduzida para um patamar abaixo do neutro, ou seja, inferior ao da inflação, negativo, portanto. Assim procedendo, o Fed pode se colocar futuramente em situação esdrúxula: não evita a recessão e nem controla a inflação, levando o país à estagflação.



"PAC é maquete"

A Fecomercio-SP avalia que decorridos 12 meses da criação do Programa de Aceleração do Crescimento, a louvável iniciativa do governo continua a ser mais uma maquete de obra grandiosa do que ponte concreta para o crescimento sustentado do país. Grande parte do PAC, segundo a entidade, é composta por uma coleção de peças orçamentárias de empresas estatais e de ministérios, que já estavam previstas. O governo federal conseguiu

aplicar somente cerca de 30% das verbas previstas para o programa no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), que exclui empresas estatais. Incluindo créditos adicionais aprovados ao longo do ano, a lei orçamentária destinou cerca de R\$ 16,59 bilhões para o PAC. Desse total, apenas R\$ 4,91 bilhões correspondem a dotações liquidadas e, portanto, a obras, serviços e bens efetivamente entregues pelos fornecedores até 31 de dezembro.

Codecon obtém revogação da Portaria CAT 5/2000

Ato foi firmado na cerimônia de posse da nova diretoria

O empresário Márcio Olívio Fernandes da Costa, vice-presidente da Fecomercio-SP e presidente da Abrapneus e do Sindicato do Comércio Atacadista de Pneus (Sicop), foi reconduzido à presidência do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (CODECON) em eleição realizada no dia 23 de janeiro, tendo como vice presidente Guilherme Rodrigues da Silva, da Coordenadoria da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e, como secretária, a advogada Celina Coutinho, do Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

(continua na pág.2)

70 anos
FECOMERCIO

TIRE SUAS DÚVIDAS!

PARTICIPE DA PALESTRA

Vagas Limitadas!

**COMO PAGAR
TRIBUTOS ATRAVÉS
DE PRECATÓRIOS**

13 de março às 16 horas
Taxa de Inscrição: R\$ 150,00

Inscrições pelo site
www.fecomercio.com.br

Sem reforma tributária

*Ives Gandra Martins

O Presidente Lula, em um de seus primeiros pronunciamentos deste ano, declarou que não pretende mais enviar qualquer projeto de reforma constitucional ao Congresso Nacional até o final de seu governo. O argumento é de que não possui, no Senado Federal, uma base estável que lhe permita aprová-lo. À evidência, aqueles que esperavam alteração constitucional no sistema tributário, sentem-se frustrados com a declaração do presidente.

Pessoalmente, estou convencido de que, no momento, qualquer projeto de reforma constitucional tributária seria ruim para o contribuinte, pois abriria fantástico flanco para que Estados e municípios obtivessem maior receita, sobre não querer, o governo federal, perder os 60% do bolo fiscal, que já tem.

Quanto mais eu ouço que, sem reforma tributária constitucional, o país não evolui, mais me lembro das audiências públicas, na Câmara dos Deputados, no curso destes últimos anos. Não senti nos parlamentares qualquer sensibilidade em relação à situação do contribuinte, mas apenas campo aberto para as entidades federativas aumentarem seu arsenal impositivo, na ausência de qualquer esforço para reduzir as despesas administrativas.

Parece-me que o Presidente Lula rendeu-se à realidade. Se abrir uma discussão ampla para uma reforma nesta área, poderá perder receita para os Estados e municípios, como ocorreu na Constituinte (a partilha de IPI e I.Renda foi de 33% para 47%), obrigando-o a um esforço hercúleo para reequilibrar receitas, no caso de efetiva perda.

Por outro lado, todas as emendas constitucionais, de 1988 até o presente, sobre matéria tributária foram para piorar o sistema,

que vive, hoje, uma desfiguração conceitual.

Creio que a situação do contribuinte, qualquer que ele seja, irá piorar, porque, certamente, como Estados e Municípios querem ganhar mais e a União não quer perder, quem perderá será o pagador de tributos.

É de se acrescentar que o governo poderia fazer, em nível de legislação infraconstitucional, alterações para simplificar a vida do contribuinte. Nada impediria que o PIS, a Cofins e as CIDEs, se tornassem uma única incidência, apenas determinando a legislação o percentual de destinação de sua receita para cada finalidade atual. Poder-se-ia dizer que as CIDEs, embora previstas no art. 149 da C.F., não são contribuições sociais, mas interventivas. Ora, pela destinação de seu percentual poderiam, nitidamente, manter tal característica.



Uma legislação complementar mais abrangente facilitaria o equacionamento das profundas divergências entre Estados em torno do ICMS, não havendo, pois, necessidade de reforma constitucional, o mesmo se podendo dizer em relação à guerra fiscal dos Municípios ao redor do ISS.

Everardo Maciel realizou uma autêntica revolução tributária, com o alargamento da tributação do imposto sobre a renda nas empresas sujeitas ao lucro presumido - embora com a alteração da conceituação pacificada de renda, visto que receita pode não se transformar em renda, que é a diferença entre receita e despesa. Como é o contribuinte que opta pelo sistema que melhor lhe convier, passou a ser legal.

(*) advogado tributarista, presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio - SP e professor emérito da Universidade Mackenzie.

Nova diretoria do Sindicont-SP

Desde o dia 2 janeiro ocupa a presidência do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP) o contabilista, administrador de empresas, professor e vice-coordenador do curso de Ciências Contábeis da PUC-SP, José Heleno Mariano. Eleito em outubro de 2007 para mandato de três anos (2008/2010), tem como vice-presidente Victor Domingos Galloro; diretor financeiro, Osvaldo Monéa; vice-diretor financeiro, Nicolás Alvarez Nuñez; diretor secretário, Nelson Piva; vice-diretor secretário, Roberto Rojo; diretor cultural, Jair Gomes de Araújo; vice-diretor cultural, Geraldo Carlos Lima; diretora social: Carolina Tancredi de Carvalho.

Codecon...

(continuação da pág. 1)

Na cerimônia de posse, realizada imediatamente após a eleição, a nova diretoria comemorou a revogação da Portaria CAT, número 5/2000, que previa que o agente fiscal de renda deveria enviar cópia do auto de infração ao Ministério Público para andamento da representação para fins penais, o que significava, na verdade, a instauração de processo criminal por sonegação fiscal antes mesmo do julgamento do processo administrativo. A oficialização da revogação da Portaria foi feita pelo coordenador de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, Otávio Fineis Júnior, presente ao ato. O Codecon está instalado na Fecomercio-SP e, em reuniões mensais, analisa as solicitações recebidas e apresenta suas decisões aos contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas.



CLT

Multa do processo civil não se aplica em ação trabalhista

O juiz Salvador Franco de Lima Laurino, em acórdão unânime da 6ª Turma do TRT da 2ª Região, afirma que “de acordo com a regra do artigo 769 da Consolidação, a aplicação dos preceitos do processo comum justifica-se no caso de lacuna do processo do trabalho. A Consolidação tem um regime próprio de execução forçada que não comporta a aplicação subsidiária da multa prevista no artigo 475-J do Código de Processo Civil. Ao contrário do regime do cumprimento de sentença adotado pela Lei nº. 11.232, de 22-12-2005, o regime de execução da Consolidação assegura ao executado o direito à nomeação de bens à penhora, o que logicamente exclui a ordem para imediato pagamento sob pena de aplicação da multa de 10% sobre o valor da dívida. As regras que instituem punições exigem interpretação restritiva, excluindo qualquer alargamento exegético que se destine a aplicá-las por analogia a situações que não estejam clara e expressamente definidas na lei. Apelo do executado a que se dá provimento para o fim de excluir da execução a multa fundada no artigo 475-J do Código de Processo Civil.” (Proc. 01985200608902011 – Ac. 20070961250)

TST

Prescrição é contada a partir da suspensão do pagamento das comissões

A supressão do pagamento de comissões implica alteração contratual, deflagra a contagem do prazo quinquenal de prescrição e leva à extinção do direito. Com esse entendimento, fundamentado na Orientação Jurisprudencial nº 175 da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), a 7ª do TST deu provimento a recurso de empresa para excluir de condenação parcela referente a comissões. O relator da matéria, Ministro Ives Gandra Martins Filho, manifestou-se pelo provimento do recurso, com a consequente declaração de prescrição total do direito de ação do trabalhador quanto ao pagamento de comissões. Em seu voto, Ives Gandra destaca que o entendimento adotado pelo Regional sobre a questão contraria a Orientação Jurisprudencial 175 da SBDI-1 do TST. (RR 2709/2005-104-04-00.4)

TRT

Contador autônomo pode ser preposto

De acordo com o artigo 54 da Lei Complementar 123/06, o empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte pode fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário. Por isso, a 3ª Turma do TRT de Minas Gerais deu provimento a recurso ordinário de uma reclamada, modificando a sentença de 1º grau que havia lhe aplicado a pena de confissão porque o preposto que compareceu à audiência não era empregado da empresa, mas, sim, contador autônomo.

A desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, relatora do recurso, explicou que a representação da empresa pelo seu contador é perfeitamente legal e válida, porque em face da promulgação da Lei 123/2006, é inaplicável ao caso a Súmula 377, do TST, pela qual, salvo em reclamações movidas por empregados domésticos, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado. (RO nº 00483-2007-111-03-00-2)

Varejo de alimentos pode abrir no feriado

De acordo com o juiz Eduardo de Azevedo Silva em acórdão unânime da 11ª Turma do TRT da 2ª Região, o Decreto 27.048/49, que regulamenta a Lei 605, inclui o comércio varejista de peixes, carne fresca, pão e biscoito, aves e ovos no rol de atividades que podem funcionar em feriados, inclusive os supermercados e hipermercados. (Proc. 01407200601502006 – Ac. 20070914758).

Quando não se paga o INSS

A 7ª Turma do TRT-MG, acompanhando voto da juíza Maria Perpétua Capanema Ferreira de Melo, negou provimento a recurso da União Federal, no qual o INSS reclamava a incidência de contribuições previdenciárias sobre acordo homologado no qual as partes declararam ser a relação jurídica entre elas de natureza doméstica, sem reconhecimento do vínculo empregatício. Em consequência, não houve incidência de contribuições previdenciárias, uma vez que o acordo não visava à remuneração de qualquer prestação de serviços, mas apenas à prevenção do litígio.

No entendimento da Turma, o caso em julgamento não se enquadra no disposto na lei previdenciária (inciso V do art. 12 e inciso I do art. 22 da Lei 8.212/91), pois o empregador doméstico não pode ser equiparado a empresa, já que o labor no ambiente doméstico não tem fins econômicos no sentido de se obter o lucro. (RO nº 00298-2007-147-03-00-8)



TIRE SUAS DÚVIDAS



MAIS INFORMAÇÕES

Fernando Marçal (OAB/SP 86.368)
tel.:(11) 3254.1733
Delano Coimbra (OAB/SP 40.704)
tel.:(11) 3254.1738

FECOMERCIO

Contrato de Trabalho por obra certa é válido

Quando firmado para atender serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, amparado no art. 443, § 2º, "a", da CLT. Portanto, não restando confirmada a alegação de irregularidade do contrato firmado entre as partes e extinta a avença pelo decurso de prazo, adimplindo-se as verbas devidas ao obreiro, não há como prosperar a presente reclamação trabalhista. Recurso conhecido e provido. PROC 00652/2007-013-07-7 RO - TRT 7ª REGIÃO.

Representação ou emprego?

O contrato de trabalho e o de representação comercial possuem traços comuns, tais como a natureza continuada da prestação do serviço e a onerosidade, distinguindo-se pela subordinação jurídica presente apenas no primeiro. Essa subordinação consiste justamente na limitação contratual da autonomia da vontade do empregado quanto ao modo da realização do serviço, transferindo-se ao empregador o poder de direção da atividade desempenhada. Demonstrado nos autos que o reclamante atuava com liberdade de horário e na relação com a clientela, impõe-se o reconhecimento da sua autonomia quanto ao modo da realização do serviço. AC 3ª T - RO 00443-2006-043-12-00-7 - TRT 12ª REGIÃO - Lília Leonor Abreu - Relatora.



A mostra, inaugurada pelo prefeito de São Paulo Gilberto Kassab e pelo presidente da Fecomércio SP Abram Szajman, na noite de 28 de janeiro no Centro Fecomercio de Eventos (Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - Bela Vista - Centro) é composta por maquetes, documentos, produtos, réplicas, fotos, pinturas e desenhos que contam a história do evento, de 1808 aos dias de hoje. Organizada em parceria entre a Fecomercio-SP e a Associação Nacional dos Usuários de Transportes de Carga (Anut), a inauguração se deu no dia em que se comemora a data da assinatura da Carta Régia pelo Príncipe Regente, que determinou a abertura dos portos brasileiros às Nações Amigas.

A exposição é um panorama histórico-cultural do Brasil sob o

Exposição comemorativa na Fecomercio

viés das relações comerciais. Tais relações não tratavam apenas da exportação de matérias-primas como pau-brasil, cana-de-açúcar e tabaco, mas também da importação de mão-de-obra africana e manufaturas. Objetos, pinturas, obras de arte e legislação compõem a exposição, demonstrando que cultura, arte, direito e comércio fundem-se e tecem o Brasil que conhecemos hoje, desde a chegada da Família Real, no século 18.

A mostra tem curadoria de Marcelo Carvalho e é composta, também, por obras de artistas plásticos de renome internacional como Cildo Meirelles e Nelson Leirner. Entrada franca. Mais informações: www.aberturadosportos200anos.com.br e www.fecomercio.com.br

| FIQUE ATENTO AOS FERIADOS DE 2008 | | | | |
|--|-----|---------------------------|-------------------------|---------------------|
| FERIADOS NACIONAIS – SÃO PAULO, ESTADO E MUNICÍPIO | | | | |
| 1 de janeiro | TER | Confraternização Nacional | Feriado Nacional | Lei 10.607, de 2002 |
| 25 de janeiro | SEX | Aniversário da Cidade | Feriado Municipal | Lei 13.707, de 2004 |
| 21 de março | SEX | Paixão de Cristo | Feriado Móvel Municipal | Lei 13.707, de 2004 |
| 21 de abril | SEG | Tiradentes | Feriado Nacional | Lei 10.607, de 2002 |
| 1º de maio | QUI | Dia do Trabalho | Feriado Nacional | Lei 10.607, de 2002 |
| 22 de maio | QUI | Corpus Christi | Feriado Móvel Municipal | Lei 13.707, de 2004 |
| 9 de julho | QUA | Carta Magna | Feriado Estadual | Lei 9.497, de 1997 |
| 7 de setembro | DOM | Independência do Brasil | Feriado Nacional | Lei 10.607, de 2002 |
| 12 de outubro | DOM | N.S. Aparecida | Feriado Nacional | Lei 6.802, de 1980 |
| 2 de novembro | DOM | Finados | Feriado Nacional | Lei 10.607, de 2002 |
| 15 de novembro | SÁB | Proclamação da República | Feriado Nacional | Lei 10.607, de 2002 |
| 20 de novembro | QUI | Consciência Negra | Feriado Municipal | Lei 13.707, de 2004 |
| 25 de dezembro | QUI | Natal | Feriado Nacional | Lei 10.607, de 2002 |



TOME NOTA

INFORMATIVO JURÍDICO, EMPRESARIAL E CONTÁBIL

Diretor-executivo: Antônio Carlos Borges
Editor: Moacyr de Moraes - mbmjuni@fecomercio.com.br
Consultores Jurídicos: Fernando Marçal e Delano Coimbra
Diagramação: AM&F Informática - Publicidade e Arte: Fecomercio
publicidade@fecomercio.com.br - Rua Dr. Plínio Barreto, 285
5º andar - 01313-020 - São Paulo, SP - Tel.:(11)3254.1737 / Fax: (11) 3254.1675

